

## Uma nota sobre Lucas e o Vício Ricardiano

*A note on Lucas and the Ricardian Vice*

GILBERTO DE ASSIS LIBÂNIO\*,\*\*

---

RESUMO: A indeterminação sênior enfatiza as limitações da teoria “pura” para derivar conclusões normativas. Este artigo tenta mostrar que Lucas esbarra no chamado vício ricardiano, quando vai direto dos modelos teóricos abstratos às formulações de política econômica. Argumenta-se que tal procedimento está relacionado às posições metodológicas de Lucas. Ou seja, a metodologia “como se” – herdada de Friedman – levaria ao desprezo de elementos externos nas prescrições de políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Vício Ricardiano; indeterminação de Senior; Lucas; Economia Novo-Clássica; história do pensamento econômico.

ABSTRACT: Senior indetermination stresses the limitations of “pure” theory to derive normative conclusions. This paper tries to show that Lucas runs into the so-called Ricardian Vice, when he goes straight from abstract theoretical models to economic policy formulations. It is argued that such a procedure is related to Lucas methodological positions. That is, the “as if” methodology – inherited from Friedman – would lead to disregard of external elements in policy prescriptions.

KEYWORDS: Ricardian Vice; indetermination of Senior; Lucas; New Classical; history of economic thought.

JEL Classification: B22; B31.

---

### 1. INTRODUÇÃO

O artifício da abstração é necessário à elaboração de teorias, particularmente no caso da economia. Razão para tanto se encontra – primeiramente e de forma mais óbvia – na extrema complexidade observada em sistemas econômicos reais. A

---

\* Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, Brasil – FACE/UFMG e do programa de mestrado do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: gilberto@cedeplar.ufmg.br.

\*\* O autor agradece ao prof. Antônio Maria da Silveira e àqueles que fizeram comentários a este trabalho, eximindo-os obviamente dos equívocos remanescentes.

abstração permite, principalmente ao reter o que é mais geral ou essencial, melhor compreender e analisar fenômenos complexos. Hicks (1980, p. 208, trad. livre) afirma que teorias são “raios de luz, que iluminam uma parte do alvo, deixando o resto na escuridão. É inteiramente apropriado que façamos assim, pois, caso contrário, veríamos muito pouco”.

Por outro lado, a elaboração de teorias hipotético-dedutivas requer a utilização de conceitos discretamente distintos (que não se superpõem), tratáveis nos campos da Lógica e da Matemática<sup>1</sup>. Parece evidente que este é outro elemento limitativo, pois a realidade não pode ser inteiramente caracterizada por tais conceitos, cuja elaboração significa o abandono de algumas dimensões gerais e essenciais, como no caso do constructo “homem econômico”.

Acrescente-se ainda a ideia de que – particularmente nas ciências sociais – a postura do cientista dificilmente pode ser considerada neutra e imparcial, pelo menos no que se refere aos preconceitos e pressupostos que influenciam a fundamentação de suas teorias. Usando ainda a analogia proposta por Hicks (1980), pode-se dizer que o “raio de luz” pode iluminar o “alvo” a partir de diversas perspectivas, que dependem basicamente da “visão de mundo” do cientista<sup>2</sup>.

Em poucas palavras, a prática da abstração, a necessidade de conceitos (ou *construtos*) discretamente distintos e a não-neutralidade do cientista permitem concluir que toda teoria capta a realidade de forma imperfeita e parcial.

O reconhecimento das limitações de teorias abstratas na elaboração de *políticas* pode ser visto na formulação da chamada *indeterminação de Senior*: “As proposições da economia abstrata, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia aplicada positiva pressupõe as teorias abstratas da economia, assim como, em relevância variável, outras ciências sociais. Conclusões normativas – sob a forma do que não pode ser feito – são deriváveis das proposições da economia aplicada, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão” (Silveira, 1991, p. 79).

Ou seja, embora não descarte a importância da teoria, tal formulação ressalta a necessidade de incorporar outros elementos, gerais e conjunturais, formando um quadro mais ilustrativo de uma realidade *específica*, a partir do qual se possam delinear *opções de política*.

Este trabalho procura mostrar que Lucas ignora a indeterminação de Senior, incorrendo no vício ricardiano<sup>3</sup>, que é, segundo Schumpeter (1954, p. 494), “o hábito de estabelecer grande carga de conclusões práticas sobre base frágil”. A

---

<sup>1</sup> Basicamente, tais conceitos devem atender ao Princípio da Não-Contradição. Ver Georgescu-Roegen (1967), que desenvolve este ponto e cita, por exemplo, Max Black (*The Nature of Mathematics*, 1935): “como azul é um conceito vago, a questão ‘esta cor é azul?’ é praticamente destituída de sentido”.

<sup>2</sup> A discussão sobre a neutralidade das ciências é antiga e não será explorada neste trabalho. Em meio a um sem-fim de referências possíveis, ver, por exemplo, Klimovsky, G. et al. (1975).

<sup>3</sup> Ver Silveira (1991), que discute mais detalhadamente a indeterminação de Senior e o vício ricardiano.

próxima seção apresenta – em linhas gerais – a teoria neoclássica, sendo levantadas, em seguida, algumas questões relativas à metodologia (“*as if*”) adotada por Lucas, buscando fundamentar a acusação de vício ricardiano. Por fim, discute-se a relevância da acusação aqui proposta e suas implicações para a elaboração de *políticas* econômicas.

## 2. LUCAS E OS NOVOS CLÁSSICOS

A chamada nova economia clássica<sup>4</sup> surge nos anos 70 – sob a liderança de autores como Lucas e Sargent – com a expansão das críticas de Friedman à Síntese Neoclássica, reafirmando a importância dos “microfundamentos” para a macroeconomia. Seu ponto de partida é o modelo Arrow-Debreu, que apresenta hipóteses bastante restritivas e não tem qualquer conteúdo (nem se pretende) empírico. Segundo Hahn (1981, p. 126, trad. livre), “a teoria do equilíbrio geral é uma resposta abstrata para uma pergunta abstrata importante: pode uma economia descentralizada, tendo apenas a sinalização dos preços como informação no mercado, ser ordenada? ... Pode-se descrever uma economia desse tipo. Mas isto obviamente não significa que qualquer economia real tenha sido descrita”.

As hipóteses básicas dos modelos novo-clássicos são, de acordo com Tobin (1980), as expectativas racionais e o *market-clearing* contínuo. Novos clássicos compartilham a crença de que alterações reais na economia dependem apenas da tecnologia e da estrutura de preferências dos agentes. Partindo do modelo de equilíbrio geral competitivo, defendem que a economia encontra naturalmente sua posição de equilíbrio Pareto-ótimo, através da maximização das funções-objetivo de cada agente individual.

Não obstante, não são descartadas as flutuações de curto prazo, tampouco o afastamento da economia de suas “taxas naturais”. Entretanto, tais situações deveriam ser provisórias e causadas apenas por deficiências de informação. Ou seja, supõe-se que os agentes confundam movimentos no nível geral de preços e mudanças de preços relativos, o que decorre da hipótese de que certos tipos de informação local (i.e., no interior de um mercado) são percebidas de forma mais imediata que informações sobre outros mercados. Uma inflação não prevista, sendo inicialmente percebida como elevação somente no preço dos bens produzidos por determinado agente, leva a aumento de sua quantidade ofertada. Todavia, ao perceberem que todos os preços se elevaram simultaneamente (e que, portanto, preços relativos não se alteraram), os agentes restabelecem suas posições iniciais, o que significa a inexistência de alterações reais na economia.

A partir de tal raciocínio, novos clássicos concluem pela inefetividade da políti-

---

<sup>4</sup> Para um estudo mais detalhado da teoria, ver Lucas (1981a) e Lucas e Sargent (1981).

ca econômica<sup>5</sup>. Neste sentido, somente as variações inesperadas no estoque de moeda teriam efeitos (temporários) sobre a economia, até que os agentes percebessem e reagissem, restabelecendo o equilíbrio inicial de ofertas e demandas. Caso a variação fosse prevista ou sistemática, os agentes se antecipariam em seus reajustes (pela hipótese de expectativas racionais), anulando qualquer efeito real da política monetária. Nas palavras de Lucas (1981a, p. 230, trad. livre), “inflação sustentada não afetará as decisões reais dos agentes da mesma forma que movimentos transitórios de preços o fazem. Nada é mais fácil que antecipar e corrigir um viés sistemático”.

A eficácia da política monetária, portanto, dependeria de seu grau de imprevisibilidade. Isto é, apenas uma política monetária errática seria capaz de afetar o nível de produto a curto prazo. Novos clássicos argumentam que tal estratégia seria indesejável, pois uma maior variância da taxa de crescimento da oferta de moeda seria instabilizante, ao elevar a variância do produto em relação a seu nível “natural” (com plena informação) e a variância dos preços futuros em relação a seus valores esperados.

Ademais, a hipótese de expectativas racionais faz com que a adoção recorrente de políticas expansionistas implique uma redução progressiva de sua eficácia. Isto porque a elevação sistemática da oferta de moeda afeta o comportamento dos agentes privados, que passam a atribuir crescentemente as variações observadas de preços (locais) a fenômenos puramente monetários – que não influenciam suas decisões de produção e consumo –, reduzindo assim o impacto sobre o produto real. Formalmente, tal fato pode ser caracterizado por uma relação entre a variância da taxa de crescimento da oferta de moeda e a inclinação da curva de Phillips (Lucas, 1981a; Barro, 1976). Ou seja, quanto maior tal variância, maior inflação seria necessária para promover uma determinada redução no desemprego.

Assim, o argumento leva à proposição de que a política monetária deveria ser conduzida segundo regras fixas (minimizando a variância da taxa de crescimento da oferta de moeda). Desta forma, a autoridade monetária evitaria a introdução de elementos instabilizadores e aumentaria o conjunto de informação dos agentes na tomada de decisões. Em suma, a política monetária seria tão mais adequada quanto mais estável e previsível.

### 3. LUCAS E O VÍCIO RICARDIANO

Em várias passagens de sua obra, Lucas se mostra consciente do caráter abstrato de seus modelos. Afirma, por exemplo, que “teoria não é uma coleção de afirmações sobre o comportamento da economia real, mas sim um conjunto explícito de instruções para construir um sistema ... análogo” (Lucas, 1981a, p. 272,

<sup>5</sup> Maior atenção será dedicada à política monetária, por ser mais analisada por Lucas (e novos clássicos, em geral). Argumento análogo pode ser elaborado para a política fiscal.

trad. livre). Ou ainda, “pode-se detectar diferenças entre o mundo descrito neste *paper* e os EUA” (Lucas, 1981b, p. 563).

De fato, não é difícil reconhecer que agentes econômicos não fazem cálculos econométricos, que não há mercados completos se equilibrando continuamente, que existem oligopólios, economias de escala, externalidades e tantas outras “imperfeições”. Para Lucas, entretanto, a questão do realismo é irrelevante. Neste sentido, afirma que a teoria deve representar a construção de um sistema paralelo à realidade, não importando se descreve o comportamento de alguma economia real. A principal característica de uma teoria seria sua capacidade de gerar previsões corretas, isto é, de produzir *resultados* compatíveis com a observação: “um bom modelo ... não será exatamente mais ‘real’ que um ruim, mas proporcionará ‘melhor imitação’ [da realidade]” (Lucas, 1981a, p. 272, trad. livre).

Cabe ressaltar que o autor compartilha da postura metodológica de Friedman, para quem o realismo de hipóteses é uma não-questão: “A teoria será julgada pelo seu poder preditivo, relativamente à classe de fenômenos que ela pretende ‘explicar’ ... O único teste relevante para a validade de uma hipótese ... é a comparação das suas previsões com a experiência” (Friedman, 1981, p. 168).

A tese é a de que o “mundo real” opera conforme os resultados de uma teoria “correta”. Ou seja, fenômenos concretos se apresentariam *como se* obedecessem aos determinantes colocados pela teoria<sup>6</sup>.

Assim, Lucas acredita que os agentes econômicos atuam *como se* manipulassem complexos modelos econométricos, tomando decisões segundo “a teoria econômica relevante”. Ou, de forma mais geral, acredita que a realidade funciona *como se* tivesse as características apresentadas nos modelos novo-clássicos. Bastaria, então, testar empiricamente a adequação da teoria (isto é, de seus resultados) à realidade.<sup>7</sup>

É justamente a adoção de tal metodologia – ou, ainda, a fé na capacidade explicativa de seus modelos – que leva Lucas a incorrer no vício ricardiano. Ou seja, partindo da premissa de que os modelos produzem resultados semelhantes aos efetivamente observados, pode-se concluir – segundo a perspectiva metodológica adotada – que elementos externos à teoria são dispensáveis; afinal, os impactos de política econômica poderiam ser inteiramente previstos (imitados) pelo arcabouço teórico construído.

Lucas, então, transfere para a realidade as implicações obtidas em seus mode-

---

<sup>6</sup> Por exemplo, as folhas de uma árvore se posicionariam *como se* maximizassem (através de cálculos matemáticos) a quantidade de luz solar recebida. Ou ainda, bons jogadores de bilhar jogariam *como se* fossem peritos em física e geometria, calculando suas tacadas.

<sup>7</sup> Tal postura é reafirmada em entrevista a Klamer (1983), em que Lucas declara que “muito de nossa teorização é sobre resultados, ao passo que se revela muito fraca a respeito do processo” (p. 48). Ou ainda: “pode-se testar o modelo; deste modo, se a teoria estiver incorreta, os dados o dirão” (p. 49). Para uma posição metodológica alternativa, ver Lawson (1989).

los abstratos, especialmente quanto à ineficácia da ação governamental, e prescreve políticas, que deveriam levar a um “desempenho econômico satisfatório”: “1) taxa anual de crescimento de M1 de 4%, mantida tão próxima quanto possível de uma base trimestral<sup>8</sup>; 2) um padrão de gastos governamentais reais e pagamento de transferências, variando secularmente mas não em resposta a mudanças cíclicas; 3) um padrão de tributação, também variando secularmente mas não em resposta a mudanças cíclicas na atividade econômica, determinado para equilibrar o orçamento federal, em média; 4) uma política claramente anunciada de que acordos de preços e salários obtidos privadamente não detonarão reações governamentais de qualquer tipo” (Lucas, 1981a, p. 249, trad. livre).

Destaque-se, uma vez mais, que tais recomendações são derivadas de um mundo com expectativas racionais, “*market clearing*” contínuo e outras hipóteses restritivas, indispensáveis à sustentação das proposições novo-clássicas. Observa-se, ao se considerar a teoria abstrata como suficiente para a formulação de políticas, postura incompatível com a indeterminação de Senior.

O procedimento adotado por Lucas – de partir de um modelo de equilíbrio geral e passar diretamente a proposições concretas – suscita críticas, como a de Hahn (1984, p. 308, trad. livre): “um dos mistérios que futuros historiadores do pensamento deverão decifrar é como aconteceu de o modelo Arrow-Debreu vir a ser tomado descritivamente, isto é, como suficiente em si mesmo para o estudo e talvez controle de economias reais”.

Ademais, Hahn não compartilha da visão metodológica (“como se”) de Friedman, ou seja, não considera suficiente que um modelo produza resultados compatíveis com a realidade. Ao contrário, sustenta que o trabalho do cientista consiste em *explicar* fatos observados, partindo de relações teóricas consistentes e simplificações robustas: “Um fato não confirmado pela teoria é um fato que nós não entendemos” (Hahn, 1984, p. 312)<sup>9</sup>.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da perspectiva da indeterminação de Senior, reafirma-se a interveniência de diversos elementos alheios a um modelo teórico abstrato na elaboração de conclusões normativas. Assim, a transição da teoria abstrata à prática profissional deveria ser iluminada por relações interdisciplinares e pelas especificidades do fenômeno estudado.

Por outro lado, vale destacar que a formulação de políticas econômicas não

<sup>8</sup>No original, “on a quarter-to-quarter basis”.

<sup>9</sup>Caricaturalmente, Hahn faz analogia ao método usado por antigos romanos para escolher o momento propício para batalhas através do exame de entranhas de animais (que também poderia dar *bons resultados!*).

se reduz a aspectos objetivos. Embora a teoria seja importante para iluminar algumas questões – como, por exemplo, a consistência macroeconômica de determinada ação –, estão envolvidas, em última instância, *opções de política*, que incorporam *juízos de valor*.

Neste sentido, a crítica se dirige ao cientificismo de Lucas – que é, aliás, amplamente difundido entre economistas. Busca-se construir uma ciência objetiva – tendo a física como ideal – e reveste-se a economia de uma “imparcialidade” que se pretende incontestável. Por isso, cabe concluir com uma advertência: o cientificismo econômico parece sufocar a diversidade de pontos de vista, de opções de política<sup>10</sup>. Citando Ribeiro (1995, p. 5.3)<sup>11</sup>: “Da tese de que a economia dita o rol de possibilidades, àquela segundo a qual ela determina a necessidade, vai só um passo. Concluído este processo, fale-se quanto se quiser em diversidade de opiniões distintiva da democracia: tudo isso só valerá como curiosidade. A diversidade opinativa nenhum peso terá ante a decisão séria, unívoca, da economia”.

Enfim, a indeterminação de Senior pode servir como guia e alerta contra a “ditadura” da teoria econômica (mal) aplicada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRO, Robert (1976) “Rational Expectations and the Role of Monetary Policy”. In Lucas, R. & Sargent, T. (eds.) (1981). Trabalho originalmente publicado em 1976.
- BLAUG, Mark (1980). *Metodologia da Economia*. São Paulo, EDUSP, 1993. Primeira edição em inglês, 1980.
- FRIEDMAN, Milton (1953) “A metodologia da economia positiva”. *Edições Multiplic*, ano 1, n° 3, fev. 1981, pp. 163-200. Originalmente publicado em 1953.
- FRYDMAN, Roman & PHELPS, Edmund (eds.) (1983) *Individual Forecasting and Aggregate Outcomes*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas (1967) “Alguns problemas de orientação em economia”. *Edições Multiplic*, ano 1, n° 4, jun. 1981, parte 1, pp. 201-297. Originalmente publicado em 1967.
- HAHN, Frank (1984). *Equilibrium and Macroeconomics*. Oxford: Basil Blackwell.
- HAHN, Frank (1981) “General Equilibrium Theory”. In Bell, D. & Kristol, I. (eds.) *The Crisis in Economic Theory*. New York, Basil Books.
- HICKS, John (1980) “Revolutions in economics”. In Latsis, S. (ed.) *Method and Appraisal in Economics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- KLAMER, Arjo (1983) *Conversas com economistas*. São Paulo, Pioneira, EDUSP, 1988. Primeira edição em inglês, 1983.
- KLIMOVSKY, Gregorio et al. (1975) *Ciencia e Ideologia*. Buenos Aires, Ciencia Nueva.
- LAWSON, Tony (1989) “Abstraction, Tendencies and Stylised Facts: a Realist Approach to Economic Analysis”. *Cambridge Journal of Economics*, 13, pp. 59-78.
- LUCAS, Robert (1981a) *Studies in Business Cycle Theory*. Cambridge, Mass., The MIT Press, first paperback edition, 1983. Primeira edição em inglês, 1981.

<sup>10</sup> Este ponto é controverso e merece um tratamento mais apurado, sendo colocado aqui de forma apenas introdutória. Ver Frydman e Phelps (1983).

<sup>11</sup> Ribeiro (1995).

- LUCAS, Robert (1981b) "Tobin and Monetarism: a Review Article". *Journal of Economic Literature*, vol. XIX, jun., pp. 558-67.
- LUCAS, R. & SARGENT, T. (eds.) (1981). *Rational Expectations and Econometric Practice*. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- SCHUMPETER, Joseph (1954) *História da análise econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1964. Primeira edição em inglês, 1954.
- RIBEIRO, Renato Janine (1995) "Um adeus à democracia". *Folha de São Paulo*, 15 out., p. 5.
- SILVEIRA, Antonio Maria (1991). "A indeterminação de Senior". *Revista de Economia Política*, vol. 2, n° 4 (44), out.-dez., pp. 70-88.
- TOBIN, James (1980) *Asset Accumulation and Economic Activity*. Oxford, Basil Blackwell, The University of Chicago Press.

